

CIÊNCIA POLÍTICA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ESTUDOS ESTRATÉGICOS: UM DIÁLOGO ENTRE AS ÁREAS ATRAVÉS DOS CLÁSSICOS

*Political Science, International Relations and Strategic Studies:
a dialogue between fields, through the classics*

Karime Ahmad Borraschi Cheaito¹

INTRODUÇÃO

Os Estudos Estratégicos (EE) se desenvolveram no Brasil concomitantemente ao processo de redemocratização dos anos de 1990 e, a partir disso, temas que antes eram restritos à esfera militar, tornaram-se passíveis de serem estudados e pesquisados por civis no interior das universidades e em centros de pesquisas.

Com a constituição da Ciência Política (CP) como uma grande área de conhecimento e o desenvolvimento das Relações Internacionais (RI) no contexto de guerras do século XX é que se apreende o surgimento e consolidação dos Estudos Estratégicos. Figueiredo (2010) sustenta que os EE compreendem uma área de conhecimento própria, composta por métodos e técnicas de pesquisa particulares, mas que está em diálogo com um conjunto de conhecimentos de diversas áreas inter-relacionadas, como as RI, a CP e as Ciências Sociais.

Compreende-se que, apesar das suas especificidades e particularidades, a Ciência Política, as Relações Internacionais e os Estudos Estratégicos demonstram sua interrelação a partir da ontologia das próprias áreas: tanto os EE, como as RI, possuem em sua essência a política e as relações de poder, questões essas que compõe o objeto de estudos da Ciência Política como uma grande área (FIGUEIREDO, 2010).

Essa interrelação justifica o fato de diversos autores, principalmente os considerados dentro da bibliografia como clássicos: Maquiavel, Adam Smith, Friedrich List, Alexander Hamilton, Jean

¹ Mestranda em Estudos Estratégicos (INEST/UFF); Graduada em Ciências Sociais (FFC/UNESP); Pesquisadora do Laboratório Nexus (UFF); Bolsista CAPES. E-mail: karimecheaito@id.uff.br

Jaques Rousseau, entre outros, permearem e influenciarem as pesquisas desenvolvidas por estas três áreas distintas, mas articuladas. Assim, disciplinas como Teoria Política nas Relações Internacionais e Teoria Política nos Estudos Estratégicos possuem similitudes nas referências bibliográficas utilizadas, já que partem de um mesmo eixo comum, que é a Ciência Política. A partir do exposto, este trabalho objetiva discorrer sobre alguns autores que permeiam as três áreas, ressaltando as contribuições de cada um deles para as pesquisas e debates propostos.

Para isso, o texto se estruturou em: (a) discorrer sobre as contribuições de Maquiavel para os Estudos Estratégicos, com foco nas obras “O Príncipe” e “A Arte da Guerra”; e (b) analisar as interpretações sobre propriedade, economia e Estado para Adam Smith, Friedrich List, Alexander Hamilton e Jean Jaques Rousseau, e como estes influenciaram nas concepções sobre soberania dos Estados constituídos a partir do final do século XVIII. Ao fim do trabalho, reflete-se sobre como as três áreas mantêm uma relação de interconexão bibliográfica, mas preservam suas particularidades.

O DIÁLOGO A PARTIR DE MAQUIAVEL

Nicolau Maquiavel (1469-1527) é considerado um autor clássico da Ciência Política por ser o primeiro teórico a sistematizar o que era, de fato, o Estado Moderno, sua lógica de funcionamento e o que era necessário ao governante para garantir sua manutenção. Na obra *O Príncipe* (escrito em 1513 e publicado em 1531), segundo Salatini (2014), Maquiavel apresenta uma teoria do Estado que pode ser considerada historicista, realista, teleológica, coercitiva, pública, absoluta, conservadora e holística.

Seus escritos e sua perspectiva de análise foram influenciados pelo contexto histórico que vivia. O século XVI ficou marcado pelas disputas territoriais, pelas correlações de forças e pelo surgimento das primeiras estruturas do que hoje se conhece como Estado Moderno. Essa nova forma de organização política era composta por um controle político e uma centralização territorial e administrativa maior do que havia até então. Maquiavel, observando essa nova instituição, descreve como ela se formava, suas dinâmicas e o que poderia levar ao seu fim. Em *O Príncipe*, observa-se que a originalidade do autor reside em sua precisão analítica acerca das ações de fundação, conquista e manutenção do poder do Estado, sendo este último o maior objetivo estatal. Ele revela em seus escritos aquilo que o Estado é não o que deveria ser.

Em seus escritos, como ressaltado por Salatini (2014), o autor rompe com a moral cristã e com a concepção de que forças externas – como Deus – explicavam a realidade, propondo a

existência de uma moral política. Nesse sentido, a política possui uma moral própria que tem como principal objetivo garantir a manutenção do Estado. Para isso, o governante tem o direito de utilizar quaisquer meios que forem necessários para garantir a sobrevivência da instituição estatal, mesmo que estes sejam contra a vontade do povo².

Preocupado, desse modo, com a moral política e com as qualidades que o Príncipe deve ter para não ser odiado e possa garantir a manutenção de seu poder e de seu Estado, Maquiavel traz dois termos importantes para a Ciência Política: *virtú* e *fortú*. O primeiro representa a sabedoria e a capacidade do líder de administrar o uso da violência, na dose necessária, já que as leis sozinhas não são suficientes; enquanto o segundo está articulado com o acaso, a sorte, as imprevisibilidades. Para saber lidar com a *fortú* (a sorte e os acasos), é necessário que o Príncipe tenha a *virtú* (as qualidades de um bom governante).

Outro ponto de suma importância destacado em *O Príncipe* é que, para o Estado garantir sua manutenção, são necessárias as leis, mas, principalmente, a coerção baseada no uso da força. Por esse motivo, uma grande parte de seus estudos são vinculados à guerra e ao pensamento estratégico, o que explicita a relação e importância de Maquiavel tanto para a teoria da Ciência Política, como para as Relações Internacionais e, mais especificamente, aos Estudos Estratégicos. Nos capítulos XII, XIII e XIV de *O Príncipe*, Maquiavel despende uma maior atenção a questão dos soldados mercenários e reforça a necessidade de que os Estados tenham exércitos permanentes compostos pelos próprios cidadãos.

Para ele, os exércitos mercenários são péssimos, os auxiliares são ruins, os mistos medianos e apenas os exércitos permanentes, constituídos pelos próprios cidadãos, são bons. Desenvolvendo essa temática de forma mais aprofundada em *A Arte da Guerra*, publicado em 1521, Maquiavel estabelece um diálogo com a análise exposta no que concerne os exércitos permanentes e como estes são necessários para que os Estados possam garantir sua manutenção, objetivo da moral política.

Estima-se que *A Arte da Guerra* tenha sido escrita entre 1519 e 1520 e, neste texto, Maquiavel instituiu alguns conceitos novos, como: a organização do exército; a hierarquia de comando; a formação de soldados; os códigos de leis militares; entre outros. Ao descrever o objetivo da obra, o

² Faz-se uma ressalva sobre a síntese “os fins justificam os meios” atribuída a Maquiavel, embora o autor nunca tenha escrito tais palavras. Apesar de ressaltar que os resultados finais são mais importantes do que os meios utilizados para os alcançar, Maquiavel reforça que o Príncipe não pode ser odiado por seu próprio povo. Assim, é necessário ter as qualidades e a capacidade de administrar a violência para que seja temido, mas não odiado.

autor afirma: “minha intenção não foi propriamente mostrar como estavam constituídos os antigos exércitos, mas sim de que modo se poderia hoje organizar um exército melhor do que é costume.” (1982, p. 129).

A principal contribuição de Maquiavel para os Estudos Estratégicos, desse modo, está nas análises feitas pelo florentino sobre como é necessário um exército permanente, composto pelos próprios cidadãos, para que o Estado e o governante tenham assegurados sua segurança e sua manutenção. Nesse sentido, um exército permanente deveria substituir completamente as forças mercenárias para que o Estado possa ter uma base militar segura e eficaz. Esse exército permanente, entretanto, deve ser composto por pessoas que possuem outras profissões e que não tenham a guerra como sua arte, pois:

[...] de fato, não se qualificará de reto quem se dedique a profissão que, para ter utilidade permanente, conduz à rapacidade, à fraude e à violência, valorizando muitas qualidades que obrigam a ser mau. Nem podem ser diferentes os homens, poderosos ou humildes, que praticam tal arte, que não os sustenta em tempos de paz. Nenhuma dessas duas ideias é compatível com a bondade humana, o poder manter-se com a arte da guerra todo o tempo conduz aos roubos, violências, aos assassinios que os soldados cometem contra amigos e inimigos; o não desejar a paz provoca os enganos que os chefes militares praticam contra aqueles a quem deviam servir, para prolongar a guerra (MAQUIAVEL, 1982, p. 108).

Tem-se, assim, um autor clássico da Ciência Política fundamentando uma das temáticas mais importantes para as RI e para os EE: a segurança, a defesa, as guerras e os Estados. Sobre esse último, alguns outros autores, como Adam Smith, Friedrich List, Alexander Hamilton e Jean Jaques Rousseau, contribuíram para o debate sobre a soberania estatal ao oferecer uma análise acerca da relação entre propriedade, economia e o aparato estatal.

PROPRIEDADE, ECONOMIA E ESTADO: AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE ADAM SMITH, FRIEDRICH LIST, ALEXANDER HAMILTON E JEAN JAQUES ROUSSEAU

Teóricos como Maquiavel fundamentam não só as teorias sobre Estado Moderno de interesse da CP e das RI, mas também oferecem as bases sobre estudos militares de suma importância para os EE. Ao fim do século XVIII, autores como Adam Smith, Friedrich List, Alexander Hamilton e Jean Jaques Rousseau ofereceram contribuições teóricas e analíticas para um debate essencial na CP, RI e EE: a soberania estatal. No decorrer desse tópico verifica-se como cada um

desses autores relacionaram as concepções de propriedade, economia e Estado em seus estudos e como estes exerceram influência nas concepções sobre soberania a partir do final do século XVIII.

Smith, Hamilton e List são autores liberais, defensores da propriedade privada, que divergem entre si acerca do grau necessário de intervenção estatal na esfera econômica, como demonstrado por Earle (2001). Um ponto de similitude entre os autores, no entanto, é a necessidade de o desenvolvimento econômico ocorrer de forma simultânea com o desenvolvimento dos recursos militares e de segurança do Estado. Sendo assim, os três são fundamentais para compreensão da consolidação da agenda econômica liberal adotada por países como os EUA e a Alemanha, onde se buscava firmar, entre os séculos XVIII e XIX, a soberania política, econômica e militar.

A começar com Adam Smith (1996), considerado o precursor do liberalismo econômico, observa-se que o autor de *A Riqueza das Nações* (1776) tem como questão norteadora o debate sobre como a riqueza de uma nação é gerada. A economia, fundamentada no mercantilismo predominante até então, pressupunha que a riqueza de uma nação era medida através do acúmulo de ouro e prata que ela possuía. Nessa lógica, quanto maior a acumulação de ouro e prata, maior a riqueza da nação e, conseqüentemente, maior o seu poder. De modo a criticar e se opor ao mercantilismo que sustentava o poder absolutista, Smith sustenta que a riqueza de uma nação não está baseada na acumulação de metais preciosos, mas nas capacidades produtivas de suas manufaturas e na produção de bens de consumo. Com isso, o autor fornece as bases utilizadas pelo capitalismo nos séculos XVIII e XIX, o qual tinha como fundamentação ideológica a defesa do liberalismo econômico e os pressupostos de que o Estado deveria intervir o mínimo possível, tanto na vida pessoal dos sujeitos, como nas relações econômicas, pois essas últimas, em específico, atuam de acordo com suas próprias regras e dinâmicas.

Para Smith, o Estado deve ter apenas três funções centrais: 1) a defesa da sociedade contra inimigos externos; 2) a proteção dos indivíduos contra ofensas mútuas; e 3) realização de obras públicas que não possam ser realizadas pela iniciativa privada (BOBBIO, 1992). A partir da defesa da propriedade privada, da livre competição no interior do mercado e da não-intervenção estatal – que tem sua função reduzida às atividades mínimas citadas –, observa-se que para o autor a atuação do Estado deve estar reduzida, basicamente, à esfera da segurança, seja ela individual ou da nação, e, para isso, o Estado deve garantir a manutenção das Forças Armadas.

Analisa-se, a partir disso, que embora Smith defenda o Estado mínimo, ele afirma a necessidade de o Estado investir em um exército permanente – como defendido por Maquiavel – pois

um exército efetivo jamais representaria um perigo para a liberdade dos sujeitos, como representava o poder arbitrário do soberano absolutista.

Um exemplo de autor que se fundamentou nas premissas do liberalismo econômico desenvolvidas por Smith foi Alexander Hamilton, considerado um dos pais fundadores dos Estados Unidos da América (EUA) por ser coautor do *The Federalist Papers* (série de textos responsável por ratificar a Constituição americana). Embora Hamilton seja mais conhecido por sua influência e participação ativa no processo de independência dos EUA, a qual se deu com um caráter liberal e de defesa da propriedade privada desde o início, o autor também é responsável por escrever um importante relatório e uma análise sobre as manufaturas no país.

Neste documento, embora defendesse a propriedade privada e a intervenção mínima do Estado na esfera econômica, concluiu que para o país se desenvolver economicamente era necessário que o Estado instaurasse algumas – e limitadas – leis protecionistas, investisse na industrialização interna e garantisse a segurança de setores econômicos estratégicos que poderiam ser ameaçados pelas potências econômicas mundiais já consolidadas. Além disso, Smith e Hamilton dialogam no que consiste a questão da segurança e o papel do Estado para com esta. Por isso, Hamilton também defende a necessidade de um Exército permanente que garanta a segurança do Estado e dos setores estratégicos da economia (EARLE, 2001).

Friedrich List, outro autor também adepto do liberalismo econômico que vivenciou os processos da Segunda Revolução Industrial e da unificação tardia da Alemanha, embora tenha sua teoria econômica muito próxima de Hamilton, se diferencia desse por defender um protecionismo ainda mais rígido. Para List, as empresas nacionais não conseguiriam se desenvolver se o mercado já estivesse ocupado por potências economicamente mais consolidadas. Assim, o crescimento econômico deveria estar associado à segurança nacional, a qual engloba a defesa e proteção, feitas pelo Estado, dos setores econômicos estratégicos – como a indústria nacional. Nessa lógica, para que as propriedades privadas pudessem ter liberdade de desenvolvimento e conseguissem garantir uma participação no livre-mercado, era necessário antes um protecionismo estatal para que estas conseguissem, em um primeiro momento, se consolidar no mercado interno (EARLE, 2001).

Diferente dos autores citados, Rousseau (2008) foi um crítico da propriedade privada, pois identificava que essa era a responsável pela desigualdade social que assolava a sociedade francesa no século XVIII. Em seus estudos, o autor capta uma relação entre a guerra, a política, a economia, a propriedade privada e as desigualdades sociais. Rousseau conclui que, além de prejudicar a condição

de igualdade entre os sujeitos, a propriedade privada prejudicava a própria liberdade defendida pelos liberais, já que os sujeitos que não possuem propriedades, nessa dinâmica, ficam reféns de outros – possuidores de propriedades – para garantir sua sobrevivência.

Para ele, nesse sentido, a natureza da guerra está associada a garantia da proteção da propriedade, a qual, para a lógica liberal, deve ser feita pelo Estado. Com isso, Rousseau expande sua crítica ao Estado porque observa que este é o responsável, em uma dinâmica capitalista e liberal, pela manutenção da propriedade privada que gera as desigualdades sociais. É a partir dessa crítica que o autor propõe um contrato social que defina a esfera pública como mais importante do que a propriedade privada. Com isso, a vontade geral – conceito central nos estudos de Rousseau – deve ter primazia em detrimento das vontades particulares e dos interesses privados.

Pode-se dizer que Rousseau influenciou as noções de vontade geral presentes nas Constituições de diversos países, principalmente àquelas moldadas pelas revoluções burguesas do século XVIII. A própria concepção de soberania, presente nos Estados, dialoga com a noção de vontade geral desenvolvida pelo autor, o qual enfoca na importância do coletivo e do público. Desse modo, a soberania deve se fundar no povo, no poder das leis e na vontade geral, expressas e consolidadas através das Constituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, a partir do exposto, que embora a Ciência Política, as Relações Internacionais e os Estudos Estratégicos sejam áreas de conhecimento com particularidades epistemológicas, as três estão inter-relacionadas principalmente no que concerne as suas bases teóricas clássicas.

Desse modo, buscou-se explicitar como os debates, temáticas e análises expostas por autores considerados clássicos, como Maquiavel, Adam Smith, Hamilton, List e Rousseau, fundamentam tanto as bases teóricas da CP, como as discussões das RI e dos EE, principalmente ao que remete aos estudos sobre soberania, guerra e Estado. As particularidades das áreas são importantes para a produção do conhecimento científico, mas cabe lembrar que a interdisciplinaridade e o diálogo são indispensáveis para o desenvolvimento dessas Ciências.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- EARLE, Edward Mead. Adam Smith, Alexander Hamilton, Friedrich List: Fundamentos Econômicos do Poder Militar. In: PARET, Peter. **Construtores da Estratégia Moderna**. Bibliex, 2001.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Estudos Estratégicos como Área de Conhecimento Científico. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 2, n. 2, p. 107-128, 2015.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Os Estudos Estratégicos, a Defesa Nacional e a Segurança Internacional. In: LESSA, Renato (Org.) **Horizontes das Ciências Sociais, a Ciência Política**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Domínio Público. Pesquisa Básica, s.d. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>>.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. In: "Os Pensadores". São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **A Arte da Guerra**. 2ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre, RS: L&MP, 2008.
- SALATINI, R. ROIO, M. (Org.). **Reflexões sobre Maquiavel**. Marília: Cultura Acadêmica, 2014.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.